

CORREIO DO SERVIDOR

© RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Relatos envolvem condições de trabalho e situações de assédio

Servidores da Cultura cobram reunião após denúncias ao MPF

Servidores federais da Cultura decidiram solicitar reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério da Cultura (MinC) para tratar de denúncias encaminhadas ao Ministério Público Federal (MPF). Segundo a Condsef/Fenadsef, os relatos envolvem condições de trabalho e situações de assédio em órgãos de 12 estados, entre eles São Paulo, e no Distrito Federal. A assessoria jurídica da entidade enviou ao MPF documentos, manifestações de sindicatos e registros fotográficos sobre os problemas. A decisão foi tomada em Assembleia Nacional realizada no dia 10 de setembro. Os servidores também cobram mudanças na progressão funcional do Iphan, que, segundo relatos, pode levar até 18 meses, enquanto no MinC ocorre a cada 12 meses. A categoria ainda acompanhará a regulamentação do PEC Cultura e a reunião da Mesa Setorial do MinC, marcada para 29 de setembro.

Projeto contra política de equidade de gênero

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) apresentou projeto para sustar a Política de Equidade de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A parlamentar alega que a resolução da universidade extrapola seu poder regulamentar ao criar regras sobre contratações, paridade de gênero, ações afirmativas e sanções a estudantes. O PDL 1000/2026 prevê a suspensão integral da norma, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional, após tramitação legislativa na Câmara e no Senado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Texto foi proposto pela deputada federal Julia Zanatta (PL-SC)

Transpetro prorroga inscrições de seleção

Foram prorrogadas até o dia 21 de setembro as inscrições para os processos seletivos da Transpetro, que oferecem 281 vagas imediatas e 3.890 para cadastro de reserva. As oportunidades abrangem os quadros de Terra e Mar, para níveis médio, técnico e superior, com remuneração mínima garantida de até R\$ 15.034,81. As inscrições são feitas pela Fundação Cesgranrio. As provas objetivas, antes previstas para novembro, foram remarcadas para 6 de dezembro, em diferentes cidades do país. Os editais também tiveram outras datas do cronograma atualizadas.

Judiciário prevê reajuste de 8% em 2027

O orçamento do Judiciário da União para 2027 prevê recursos para reajuste de 8% aos servidores. O aumento estava previsto na Lei 15.293/2025, mas a parcela de 2027 foi vetada pelo governo e depende da derrubada do veto pelo Congresso. A lei já garantiu 8% em julho de 2026. O CNJ também prevê reserva para reajustar em até 5,4% o auxílio-alimentação e a assistência pré-escolar. Os benefícios dependerão de decisão administrativa.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Valorização servidores I

A AOJESP participou, em 12 de setembro, do 1º Seminário PCCS/TJSP em Reconstrução. O encontro reuniu entidades de servidores para discutir a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Tribunal. Entre os temas estiveram valorização, defasagem salarial, qualificação, trabalho remoto, novas tecnologias e automação.

Valorização servidores II

No seminário, foi destacada a necessidade de um PCCS capaz de acompanhar as mudanças do Judiciário e valorizar a capacitação dos servidores. Um grupo já discute propostas com o TJSP. Como encaminhamento, foram definidas reuniões, participação da categoria e divulgação das conclusões antes de uma proposta ao Tribunal.

Greve na Caixa

A Caixa Econômica Federal marcou para esta quarta (16) uma nova negociação com o sindicato dos bancários, em busca de um acordo para encerrar a greve iniciada pelos funcionários. A rodada ocorre após duas semanas de paralisação e poderá definir os próximos passos do movimento, conforme as propostas apresentadas pelas partes.

Operação Sonar I

A Polícia Federal deflagrou a Operação Sonar, em Belém, para investigar suspeitas de desvio de recursos públicos, cobrança de vantagens indevidas e direcionamento de contratos em empresa pública federal. Foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão, e uma pessoa foi presa em flagrante com mais de R\$ 1,2 milhão em dinheiro.

Operação Sonar II

Além do dinheiro, a PF apreendeu joias, veículos de luxo, documentos e equipamentos eletrônicos. A Justiça afastou 12 servidores, bloqueou até R\$ 17 milhões e autorizou a quebra dos sigilos de 35 investigados. Fornecedores seriam pressionados a pagar comissões, e contratos poderiam ter sido direcionados por meio de falsas emergências.

Servidores ativos da União

O Poder Executivo federal conta atualmente com mais de 1 milhão de servidores ativos, segundo o Portal da Transparência. Eles somam 1,17 milhão de vínculos, já que uma pessoa pode ocupar mais de um posto. Educação e Defesa são as áreas com maior número de vínculos, devido às universidades, institutos federais e das Forças Armadas na estrutura federal.



Proposta é de autoria do deputado federal, Lincoln Portela (PL-MG)

Projeto amplia transparência sobre patrimônio de servidores

Proposta prevê declaração anual e divulgação de bens de autoridades

Por Andre Souza

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados estabelece regras nacionais para declaração, atualização, fiscalização e divulgação do patrimônio de agentes públicos. A proposta, de autoria do deputado Lincoln Portela (PL-MG), foi apresentada em 14 de setembro e alcança integrantes dos Três Poderes, órgãos de controle, polícias e Justiça Desportiva.

Pelo texto, deverão seguir as regras ministros de tribunais superiores, desembargadores, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, presidente e vice-presidente da República, governadores, prefeitos, ministros e secretários. A lista inclui senadores, deputados, vereadores, dirigentes de autarquias, fundações e empresas públicas, delegados das polícias Federal e Civil e integrantes da Justiça Desportiva.

A declaração deverá ser apresentada na posse ou entrada em exercício, anualmente até o último dia útil de junho e no encerramento do mandato, cargo ou função. Também será exigida em situações como aposentadoria, exoneração, renúncia ou afastamento definitivo. O documento anual terá como

referência a situação patrimonial em 31 de dezembro do ano anterior.

Entre as informações previstas estão imóveis, veículos, aeronaves, embarcações, participações em empresas, ações, fundos de investimento, aplicações financeiras, bens no exterior, créditos, dívidas e rendimentos. A obrigação também alcança patrimônio indireto cuja titularidade econômica pertença ao declarante.

Os órgãos deverão manter em seus sites uma seção para consulta pública das informações, permitindo acompanhar a evolução patrimonial. Os dados ficarão disponíveis durante o exercício do cargo e por cinco anos após seu término.

O texto proíbe a divulgação de dados pessoais, como CPF, contas bancárias, endereço residencial, documentos pessoais e informações de familiares sem relação com o controle patrimonial.

Quem não apresentar ou atualizar a declaração sem justificativa será notificado e terá 30 dias para regularizar a situação. Omissão dolosa, falsidade ou adulteração poderão resultar nas sanções previstas em lei. Os órgãos terão 180 dias para implementar as medidas.